

## Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Recuar para liderar

Pela primeira vez, desde que assumiu o poder à frente da Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) e os líderes partidários, que juntos fazem a pauta, se viram numa situação de insatisfação geral dos deputados. Nos bastidores, muitos parlamentares reclamam que, no caso da urgência para o projeto que endurece a lei do aborto, confiaram nos comandantes das bancadas e terminaram expostos a uma situação desnecessária, pois o colegiado decidira atender a Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e ao grupo evangélico. Ou seja, em vez de propostas que saíram das respectivas bancadas, prestigiaram uma frente parlamentar.

Agora, com essa proposta do aborto colocada para escanteio numa comissão e com a análise a perder de vista, Lira e os líderes conseguiram retomar a institucionalidade na Casa. Os deputados do baixo clero esperam que, daqui para frente, esse merengue docinho não desande ao longo do processo eleitoral na Casa. Enquanto o presidente e os líderes partidários caminham juntos, conforme demonstraram até fisicamente na entrevista ontem à noite, permanecerão fortes.

» » »

Em tempo: no baixo clero, a avaliação geral é de que o colégio de líderes de Lira saiu um pouco do script de previsibilidade de pauta, que seria anunciada com antecedência, e do fortalecimento das comissões. A pauta muitas vezes é conhecida em cima da hora, sem que os



projetos sejam sabidos antecipadamente — como o caso da urgência para o PL do aborto. Já as comissões foram substituídas por grupos de trabalho. É por aí que muitos opositores do presidente da Câmara e dos atuais líderes afinam o discurso para o futuro.

### CURTIDAS



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

**Conhecimento nunca é demais/** Em 3 de julho, a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Daiane Santos (PCdoB-RS, foto), lançará uma cartilha com 200 termos para entender de direitos humanos. Vem por exemplo, “o direito à alimentação”, que muitos brasileiros desconhecem.

**Até outubro/** Depois de um dia inteiro esperando nas proximidades do plenário sem ter conhecimento do que seria votado, um deputado comentava ao telefone: “Vou me picar daqui. Isso aqui só vai funcionar mesmo depois da eleição”.

**Nem tanto/**Semana que vem, além das festas de São João, deputados e ministros têm encontro marcado em Portugal, para o XII Forum Jurídico de Lisboa. Este ano, o tema é “Avanços e recuos da globalização e as novas fronteiras: Transformações jurídicas, políticas, econômicas, socioambientais e digitais”. O evento é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), fundado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

### O senhor dos votos

Ao se colocar como possível candidato em 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz refluir todos aqueles pré-candidatos da esquerda que sonham em sucedê-lo. Ninguém vai se mexer até que o petista dê sinal verde.

### Instinto presidencial

Lula está convencido de que o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, é um dos nomes da direita para a Presidência da República, em 2026. Aliás, juro à parte, o presidente só não citou isso na entrevista à CBN porque não quis, de viva-voz, lançar o nome do potencial adversário.

### Cálculos errados

Tal e qual os congressistas conservadores não esperaram um movimento tão forte quanto o que se deu contra o projeto do aborto, a turma do Ministério da Fazenda jamais imaginou uma reação tão forte contra a medida provisória do PIS/Cofins. Em conversas reservadas, técnicos chegaram a mencionar que a MP atingiria, no máximo, cinco empresas.

### Três semanas

É o tempo que se prevê para fechamento das chapas de candidatos nas capitais. No Rio de Janeiro, por exemplo, o prefeito Eduardo Paes, que concorrerá à reeleição, está pronto para anunciar o nome do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) como seu vice.

**CASO MARIELLE /** 1ª Turma do STF aceita, por unanimidade, denúncia contra cinco envolvidos no assassinato da vereadora carioca e de seu motorista. Quinteto foi apontado pela delação de Ronnie Lessa, que confessou ter puxado o gatilho

# Irmãos Brazão e delegado réus

» LUANA PATRIOLINO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornou réus, por unanimidade, cinco suspeitos de serem os mandantes e idealizadores do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018. São eles, os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão, o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo, o major da Polícia Militar fluminense Ronald Paulo de Alves Pereira e Robson Calixto Fonseca, o Peixe, ex-assessor de Domingos no Tribunal de Contas do Rio de Janeiro.

Os ministros Cármen Lúcia, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Flávio Dino seguiram o relatório apresentado por Alexandre de Moraes — que aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR). Segundo o relator, foram preenchidos todos os requisitos legais para que os cinco se tornassem réus, que vão além da delação do ex-policial militar Ronnie Lessa.

“Há a presença de justa causa pelo recebimento da denúncia porque a colaboração premiada foi corroborada por outros elementos probatórios, que trazem indícios suficientes de autoria necessários para o recebimento da denúncia”, explicou Moraes.

No voto, o ministro rejeitou a tese da defesa de Rivaldo de que ele deveria ser julgado na Justiça comum. O crime segue sob a jurisdição do STF devido ao envolvimento de figuras públicas com foro privilegiado — caso de Chiquinho e Domingos. Ele também afastou o pedido de suspensão de Flávio Dino, que era ministro da Justiça quando a Polícia Federal (PF) passou a investigar o caso, em 2023.

Além dos Brazão e de Rivaldo, Ronald Paulo de Alves Pereira (o major Ronald) foi enquadrado no crime de homicídio, pois, segundo a acusação, ele monitorou a rotina da vereadora antes do crime. Já Robson Calixto responderá por organização criminosa, pois é suspeito de ter fornecido a Ronnie Lessa a arma do crime.

O subprocurador Luiz Augusto Santos Lima apontou que há indícios da conexão dos Brazão com atividades criminosas relacionadas às milícias e à grilagem de terras. “Chiquinho e Domingos formaram alianças com grupos de milícia no Rio de Janeiro, desde a primeira década dos anos 2000. Nota-se, ainda, a pernicioso relação dinâmica entre a milícia e candidatos a cargos eletivos naquela região. Uma vez eleitos, esses aliados passam a defender os interesses desses criminosos”, acusou.

Na sessão os defensores dos réus criticaram, principalmente, a colaboração premiada de Ronnie Lessa. O advogado de Chiquinho, Cléber Lopes, chamou a delação de “fantasiosa”. “A começar pelo valor da recompensa pelo crime, em torno de R\$ 100 milhões. Em outros anexos, por exemplo, ele [Lessa] diz que praticou um homicídio por vontade própria”, destacou.

O advogado de Rivaldo, Marcelo Ferreira, negou que seu cliente recebesse valores mensais fixos de milicianos e contraventores no Rio — segundo ele, o delegado está preso injustamente. Igor Carvalho, defensor de Ronald Pereira, argumentou que não há provas que atrelem seu cliente ao duplo homicídio.

À PF, Ronnie Lessa apontou os Brazão como mandantes do crime e afirmou que a execução foi para proteger interesses econômicos das milícias.

### Destino nas mãos do Supremo

TCE-RJ/Divulgação



Tomaz Silva/Agência Brasil



Reprodução/Redes sociais



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Reprodução/Redes sociais



**No alto (E), Domingos Brazão, ex-conselheiro do TCE-RJ. No alto (D), o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ). Acima (E), o ex-chefe da Polícia Civil fluminense, delegado Rivaldo Barbosa. Acima (D), o major da Polícia Militar fluminense Ronald Paulo de Alves Pereira. Ao lado, Robson Calixto Fonseca (o Peixe), ex-assessor de Domingos no TCE**



**Chiquinho e Domingos formaram alianças com grupos de milícia no Rio de Janeiro, desde a primeira década dos anos 2000”**

**Trecho da acusação lida pelo subprocurador Luiz Augusto Santos Lima**

## Cid pai e filho ignoram joia

» HENRIQUE LESSA

O tenente-coronel Mauro Cid e seu pai, o general Mauro Lourenço Cid, disseram desconhecer a venda de um bracelete, nos Estados Unidos, por determinação do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os dois depuseram, ontem, à Polícia Federal (PF), no inquérito que investiga a venda de presentes de alto valor, que deveriam ter sido incorporados ao acervo da Presidência da República.

Esse bracelete foi descoberto nas diligências conjuntas da PF com o FBI, a polícia federal norte-americana. A suspeita é de que Lourenço Cid — que foi ouvido por videoconferência, uma vez que estava no Rio de Janeiro — teria incluído a peça em um pacote com itens de decoração que tentou transacionar nos Estados Unidos.

O general comandava o escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), em Miami. Ele se tornou personagem central das investigações depois que deixou-se flagrar em uma foto usada para negociar uma escultura presenteada a Bolsonaro. Segundo a PF, Cid e o pai venderam joias, relógios e itens de decoração em joalherias americanas, supostamente a mando do ex-presidente.

Mauro Cid também foi indagado a respeito de relógios de luxo recebidos por ministros de Bolsonaro em uma viagem feita ao Catar, em 2019. Em abril do ano passado, o general Augusto Heleno (ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional), Gilson Machado (ex-ministro do Turismo), Ernesto Araújo (ex-chanceler) e Onyx Lorenzoni (ex-ministro da Casa Civil) foram notificados a devolver peças das marcas Rolex, Chopard e Cartier.

Segundo o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, as novas peças encontradas nas diligências nos EUA reforçam a suspeita de que vários itens que deveriam ser incorporados ao acervo da Presidência da República foram levar irregularmente para o exterior, a fim de serem negociados. Todas essas peças teriam saído no voo que Bolsonaro fez para Miami, em 30 de dezembro de 2022, por se recusar a passar a faixa presidencial para o então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Rodrigues acredita que o inquérito das joias estará concluído até o final deste mês. A apuração será encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF), que decidirá se apresenta a denúncia contra os envolvidos.